

Sai acordo com bancos credores

Divida Externa
GAZETA MERCANTIL

por Getulio Bittencourt
de Nova York

O governo brasileiro conseguiu ontem desvincular o empréstimo do Banco Mundial (BIRD) ao setor elétrico do desembolso da segunda tranche de dinheiro novo dos bancos credores e cancelar o programa de reemprestimo (relending) de US\$ 1,5 bilhão previsto para este ano, concluindo cinco dias de renegociação com o comitê assessor de bancos.

"Nós conseguimos mais do que prevíamos", disse o assessor internacional do Ministério da Fazenda, diplomata Sérgio Amaral, em entrevista coletiva ontem à tarde na sede do Banco do Brasil, na Quinta Avenida. A nota do comitê assessor, assinada por Kenneth Campbell, do Citicorp, é bem mais cautelosa.

A nota diz apenas que o presidente do comitê, William Rhodes, e os negociadores brasileiros anunciam que "o governo do

Brasil está enviando a bancos de todo o mundo pedidos de "waivers" (perdão) e emendas ao acordo de reestruturação e dinheiro novo, assinado entre os bancos e o Brasil no dia 22 de setembro do ano passado. O texto de Campbell especifica também que as alterações só poderão ser realizadas com a aprovação de dois terços dos bancos que assinaram o acordo original. Amaral, porém, está otimista: "O comitê assessor já representa diretamente 45% dos bancos, conseguir os outros 25% não parece complicado", argumentou.

Como suporte para seu otimismo, o diplomata brasileiro observou que o comitê assessor espera ter essa aprovação até o próximo dia 14 de março, o que possibilitaria o desembolso da segunda tranche de dinheiro novo ainda neste mês, no valor de US\$ 600 milhões. A primeira tranche foi liberada no final do ano passado. A segunda es-

tá pendente, desde 1º de dezembro passado, do acordo cada vez mais difícil com o BIRD sobre o setor elétrico.

Os principais termos do acordo delineado ontem com o comitê assessor são os seguintes:

- **Empréstimo paralelo.** Na versão original, estavam previstos US\$ 90 milhões para o projeto de crédito agrícola 2 e US\$ 70 milhões em empréstimos para três setores diferentes. Agora os US\$ 90 milhões serão emprestados ao projeto Asa Branca 2, continuando inalterado o restante.

- **Co-financiamentos com o BIRD.** A liberação da segunda tranche estava vinculada à aprovação do empréstimo da agência internacional ao setor elétrico. Isso fica cancelado. Em troca, transformou-se em co-financiamento dos bancos comerciais com o BIRD uma série de projetos já aprovados pela agência internacional.

São cinco projetos ao todo: Portobrás (US\$ 20 milhões), programa de emergência para o Rio (US\$ 175 milhões), Pró-Sanear (US\$ 80 milhões), irrigação de Jaiba (US\$ 71 milhões) e programa de correção do solo no Paraná (US\$ 63 milhões).

O total de US\$ 409 milhões é inferior ao empréstimo que o BIRD daria ao setor elétrico (US\$ 500 milhões). A diferença foi coberta por projetos já aprovados e com recursos já desembolsados pelo BIRD. "Para muitos bancos comerciais", recorda Amaral, "a figura do co-financiamento é importante porque lhes dá um tratamento fiscal mais vantajoso em diversos países industrializados."

Assim, não faz grande diferença que os projetos sejam do passado e mesmo que já tenham sido desembolsados pelo BIRD, desde que sejam posteriores a junho de 1988 — e possam ser utilizados no corrente ano fiscal. US\$ 91 milhões em projetos cujos recursos o BIRD já entregou ao Brasil foram transformados em co-financiamentos com os bancos comerciais e anexados ao acordo.

- **Os desembolsos.** O segundo desembolso dos bancos comerciais, no

(Continua na página 19)

ACERTO EXTERNO

Sai acordo com bancos ...

por Getulio Bittencourt
de Nova York

(Continuação da 1º página)

acordo de dinheiro novo de US\$ 5,2 bilhões, dos quais US\$ 4 bilhões foram liberados no ano passado, deveria ser desembolsado a partir de dezembro último, juntamente com a primeira parte de US\$ 250 milhões do BIRD, correspondente a primeira parcela de seu suposto empréstimo ao setor elétrico.

Para compensar os bancos, formalmente, da inexistência desse empréstimo, transformaram-se em co-financiamento dois dos doze projetos aprovados anteriormente pelo BIRD, e com US\$ 571 milhões já desembolsados: os programas de agroindústria, no valor de US\$ 400 milhões, de 1983, e o de desenvolvimento rural da Bahia, de US\$ 171 milhões, de 1986.

A importância é maior porque os negociadores

brasileiros desembarcaram também a terceira "tranche" de dinheiro novo, que deverá ser liberada a partir de 1º de abril, também no valor de US\$ 600 milhões — e que estava vinculada ao desembolso da segunda parte do empréstimo que o BIRD afinal recusou ao setor elétrico.

Toda essa dificuldade burocrática aconteceu, segundo Sérgio Amaral, porque no momento em que "estávamos negociando o acordo, no primeiro semestre do ano passado, todas as partes concordaram em que o empréstimo do BIRD ao setor elétrico era o que parecia mais seguro. Mas a reorganização administrativa no Brasil, com a transferência da Nuclebrás para a área da Eletrobrás, complicou o financiamento".

Amaral notou, ainda, que no acordo do México os bancos credores demoraram nove meses antes de

desembolsar a primeira "tranche" — enquanto, no caso brasileiro, não demoraram mais de três meses. Ele acentuou que o governo não está condicionando o pagamento dos juros aos bancos à liberação da segunda "tranche". "Nós apenas consideramos que esse acordo é uma via de mão dupla", acrescentou.

• O reemprestimo. O programa deste ano foi cancelado, ou seja, o governo ficou desobrigado de colocá-lo em prática no futuro. Mas o programa do ano passado, de US\$ 200 milhões, previsto para começar em novembro, será iniciado no próximo mês de novembro, segundo a fila de empresas já fixada. "Os desembolsos em cruzados, no entanto, serão feitos apenas em 1990", explicou o diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, que participou das negociações com Amaral.